

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO MARKETING
EMPRESARIAL**

**UM ESTUDO DE CASO DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO
AGROPECUÁRIA 30 DE OUTUBRO LTDA.**

Aluno: BRUNO POLETTO

Orientador: PEDRO STEINER

Monografia do Trabalho de Conclusão
do Curso de Marketing Empresarial
para obtenção do título de especialista.

Curitiba, abril de 2006

AGRADECIMENTOS

Ao apresentar o trabalho, gostaria de agradecer a todos aqueles que de alguma forma, colaboraram para a sua execução:

À Universidade Federal do Paraná, pela oportunidade que nos concedeu para realizarmos nossos estudos;

À Cooperativa de Produção Agropecuária 30 de Outubro LTDA – COPAGRO, que gentilmente me acolheu, colocando à minha disposição todos os dados que necessitei para a elaboração do presente documento, que não poderia ter sido completado sem a colaboração da COPAGRO. Os sócios foram sempre prestativos durante todo o período da realização do trabalho. Agradecimento especial para: Dilso Barcelos, Carlos Buffon, Sandra Aparecida Scudella, Cairton Buffon, Celso Antonio Pertile, Terezinha Mendes, Rosane Buffon, Noel Mendes, Sirley Umgaratti, Miguel Dellalibra e Inês Salete Bronetto, pelas informações prestadas para a realização deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho descreve o processo histórico, das lutas pela terra, dos pequenos produtores rurais marginalizados pela sociedade capitalista, ligada ao Movimento Sem Terra – MST e as dificuldades encontradas, em sua trajetória até os dias atuais. A constituição da Cooperativa de Produção Agropecuária 30 de Outubro – COPAGRO é uma proposta de construir um sistema alternativo de associativismo diferente ao cooperativismo tradicional. Neste caminho muitas dificuldades surgiram, o que provocou uma rotatividade expressiva de associados, no quadro da cooperativa. O trabalho de campo realizado junto aos associados da COPAGRO, em Campos Novos, apontou motivos que levaram muitos a abandonarem o sistema associativista. O trabalho mostra o alto nível de organização dos sócios da COPAGRO, que abre uma porta para o debate sobre a mobilização social, cidadania e justiça econômica. A metodologia utilizada neste trabalho, foi a de entrevista estruturada. Foram aplicadas questões específicas para diretores e associados da cooperativa. Os resultados mostraram algumas fragilidades que se refletiram no andamento da COPAGRO, sistema cooperativista e reconhecido pelos associados como importante para fortalecer, organizar e solucionar problemas comuns. Com a utilização de entrevistas estruturadas, análise documental e relatórios, procurou-se, resgatar a memória e as dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores rurais bem como identificar os motivos da rotatividade de associados desde a fundação da cooperativa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS	9
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO	9
1.2 QUESTÕES NORTEADORAS	10
1.3 JUSTIFICATIVA	10
1.4 OBJETIVOS	12
1.4.1 Geral	12
1.4.2 Específicos	12
1.5 REVISÃO DA LITERATURA	12
1.6 METODOLOGIA	18
CAPÍTULO II – CONTEXTUALIZAÇÃO	20
2.1 CONHECENDO A COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA 30 DE OUTUBRO	20
2.1.1 O surgimento	20
2.1.2 A vida no acampamento	21
2.1.3 Localização	21
2.1.4 Características do grupo	22
2.1.5 Origem das famílias	23
2.2 RECURSOS E INFRA-ESTRUTURA	24
2.2.1 Recursos naturais	24
2.2.2 Infra-estrutura	24
2.2.3 Meios de produção	26
2.2.4 Organograma	27
2.3 ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA	27
2.3.1 A organização do espaço	27
2.3.2 A organização da produção	28
2.3.3 Culturas permanentes	29

2.3.4 Horticultura	29
2.3.5 Ecologia na produção	30
2.4 A IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS	32
2.4.1 O planejamento	34
2.4.2 O trabalho	34
2.4.3 O trabalho especializado	36
2.4.4 O uso da terra	37
2.4.5 A comercialização	37
2.4.6 A renda	38
2.4.7 As finanças dos cooperativados	38
2.4.7.1 O crédito e a ajuda financeira	38
2.4.7.2 A política de financiamentos	39
2.5 A EVOLUÇÃO DOS ASSENTADOS	39
2.6 CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	40
2.7 A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS	41
2.8 O JORNAL	41
2.9 O PAPEL DA COOPERATIVA	41
2.9.1 Políticas, ideologias e estilos de vida	42
2.9.2 As normas	42
2.9.3 O processo de gestão	43
2.9.4 As manifestações políticas	44
2.10 AS VANTAGENS DA COOPERATIVA	44
2.10.1 As vantagens econômicas	44
2.10.2 As vantagens do ponto de vista político	46
2.10.3 As vantagens do ponto de vista social	46
2.11 A HOMOGENEIDADE DO GRUPO	47
2.11.1 O grau de homogeneidade do grupo	47
2.11.2 O cooperativado e a produção.....	47
2.12 FORMAÇÃO, SAÚDE E ESTILO DE VIDA	48

CAPÍTULO III – DAS ENTREVISTAS ESTRUTURADAS....	50
3.1 O ASSOCIADO E OS DIRIGENTES	50
3.2 ROTATIVIDADE: BUSCANDO IDENTIFICAR OS MODELOS..	50
3.3 FINALIZANDO A ANÁLISE	52
3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
3.5 RECOMENDAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
ANEXOS	58

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é conhecer melhor o modelo cooperativista ligado ao Movimento Sem Terra – MST e visualizar seus problemas.

A proposta da Cooperativa de Produção Agropecuária 30 de Outubro, é mostrar uma alternativa de desenvolvimento, capaz de humanizar o capital (utilizar a riqueza capaz de gerar renda ou valores econômicos disponíveis, em benefício da coletividade), colocando-o realmente a serviço do homem. É a idéia de uma nova sociedade, baseada nos princípios socialistas de trabalho coletivo e de comunidade igualitária, como um processo capaz de gerar melhores condições de vida para as pessoas. A idéia não é nova, mas na prática é difícil de ser implantada, principalmente num país capitalista, como o Brasil.

Como a proposta da COPAGRO é construir um sistema alternativo de associativismo em oposição ao cooperativismo tradicional, abre-se um leque de possibilidades, que merece um estudo mais aprofundado, principalmente para a diminuição da tensão social nas áreas rurais, provocada pelo modelo político vigente no país. O trabalho, aborda desde o surgimento do Movimento Sem Terra e toda a sua trajetória até os dias atuais; a vida no acampamento, localização, características do grupo, origem das famílias, recursos e infra-estrutura, meios de produção, organograma sócio-econômico do grupo, organização econômica, implantação de projetos, evolução dos assentados, capacitação profissional, participação dos jovens, o jornal, o papel da cooperativa, as vantagens do sistema cooperativista, a homogeneidade do grupo, formação, saúde e estilo de vida.

Na medida em que se consegue equacionar tais problemas, é que o cooperativismo transforma-se numa alternativa de desenvolvimento, corrigindo distorções sociais.

Ao iniciarmos a pesquisa, tínhamos em mente alguns problemas que mereceriam prioridade, devido à relevância para o processo de desenvolvimento da COPAGRO.

Podemos afirmar que nosso objetivo maior será alcançado, na medida em que outras iniciativas de pesquisas proporcionem um conhecimento mais aprofundado de todo o complexo da COPAGRO.

CAPITULO I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

A estrutura do processo produtivo em que está envolvido o pequeno produtor determina muitas de suas atitudes sociais e traços de seu comportamento ideológico social. Sua atitude isolacionista aparentemente resistente à associação (cooperativista), não emana somente do nível de educação que, entre os pequenos produtores, é quase sempre baixo, mas também da herança cultural adquirida através do tempo.

Hoje, o cooperativismo passa por uma série de reflexões e crises devido à própria evolução das relações comerciais, como a de credibilidade e, principalmente, em virtude de tendências de mercado em que prevalecem valores capitalistas sobre os de doutrina da cooperação.

A primeira Cooperativa de Produção Agropecuária Catarinense a ser legalizada num assentamento foi a COPAGRO – Cooperativa de Produção Agropecuária 30 de Outubro de Campos Novos. Fundada em 24 de setembro de 1990, iniciou com 33 famílias e 47 associados, sediados em 516,11 hectares de terra, dispendo de uma agrovila. Desses 516,11 hectares, apenas 48% são agricultáveis ou propícios à agricultura.

O grupo que iniciou a formação da Cooperativa participou do processo de ocupações que ocorreram entre 1985 a 1987, antes de se deslocarem para Campos Novos. Os problemas de subsistência ocorreram imediatamente.

A igreja influenciou o movimento cooperativo quando preservou, em seu discurso, a manutenção da idéia do coletivo e do compartilhar, da fraternidade e da ajuda mútua. Isto foi considerado, na medida em que muitos líderes do Movimento Sem Terra eram oriundos de movimentos pastorais (pastoral da terra).

Por outro lado, desde a origem do grupo, o movimento cooperativo tem sofrido resistência dentro do grupo de associados da Cooperativa como exemplo, algumas de suas lideranças. Esses líderes defendem a autonomia camponesa, trabalham de forma individual.

Entretanto, para outros assentados, a idéia de cooperação ganha força na medida em que significa menores custos para a montagem da infra-estrutura produtiva e social.

A Cooperativa COPAGRO tem enfrentado vários problemas em sua trajetória, entre os quais destacam-se dois:

- Seguir o modelo tradicional da agricultura considerada “moderna”, com aquisição de implementos e insumos considerados de ponta levou à falência financeira em meados do ano de 1985.
- Os produtores envolvidos trouxeram “herança”, com vários vícios das pequenas propriedades camponesas em que a produção é simples e pessoal e eles mesmos utilizam sua força de trabalho.

Além dos aspectos acima relacionados, o conhecimento do contexto da COPAGRO permite verificar que existe uma rotatividade, aparentemente alta, de associados.

1.2 QUESTÕES NORTEADORAS

Frente às ponderações anteriormente tratadas, o estudo elege como questões norteadoras:

- A rotatividade dos associados é significativa?
- Por que ocorre?
- Em que intensidade ocorre?
- O processo de formação/condução da COPAGRO influencia esta rotatividade?

1.3 JUSTIFICATIVA

Toda associação de produtores ou cooperativados surge para resolver problemas comuns como a má distribuição de renda, as desigualdades sociais inerentes ao processo de acumulação e a ganância de amplos setores não produtivos. Isto gera um clima de descontentamento e de revolta, não compatível com um verdadeiro processo de desenvolvimento social, entendendo-se desenvolvimento como um processo capaz de gerar melhores condições de vida para um número cada vez maior de pessoas.

O sistema cooperativista dos assentados (COPAGRO) é uma forma articulada das várias experiências associativas nos assentamentos de agricultores dos grupos Sem-Terra, em nível nacional, que busca construir um sistema alternativo de associativismo em oposição ao cooperativismo tradicional, com a finalidade de melhorar as condições de vida dos seus sócios no sentido mais amplo, assim como uma melhor produção e uso do solo.

A COPAGRO assumiu o papel de ser uma alternativa de desenvolvimento, capaz de humanizar o capital (utilizar a riqueza capaz de gerar renda ou valores econômicos disponíveis, em benefício da coletividade), colocando-o a serviço do homem.

O movimento desta Cooperativa propõe-se a auxiliar no desenvolvimento social, individual e também contribuir para o melhoramento do nível de vida dos pequenos produtores rurais associados. Neste sentido, abre um leque de possibilidades, principalmente com pequenos produtores, em que a tensão social é mais aguda. Para a consecução de tal intento, a COPAGRO concebe o próprio homem como sua unidade de ação. Muito embora o capital e o trabalho não possam estar separados no processo produtivo, o homem é a mais importante peça do binômio. A ele cabe se oferecer oportunidades democráticas de trabalhar em conjunto com outros homens e, aproveitando um capital que é comum a todos, aumentar sua produtividade. Portanto, melhorar sua condição de vida.

No entanto, a COPAGRO enfrenta dois grandes desafios: o econômico, de gerar riquezas, e o social, de reparti-las de forma justa. Na medida em que se consegue equacionar tais problemas, é que o cooperativismo se transforma numa alternativa válida de desenvolvimento, corrigindo as distorções inseridas na sociedade pela concentração de empresas capitalistas.

Por outro lado, acredita-se ser possível criar um novo ser humano, a partir de um meio social, em que a cooperação e a solidariedade não apenas serão possíveis entre todos os seus membros, mas serão formas de comportamento, além da igualdade de direitos e de poder de decisão e da partilha geral de perdas e ganhos da comunidade entre todos os seus membros.

Justifica-se a escolha deste grupo de cooperativados como foco de estudo desta monografia, na medida em que se constitui em uma proposta de desenvolvimento autônomo da agricultura familiar que visa eliminar os desajustes sociais oriundos dos excessos de intermediação capitalista. Além disso, a COPAGRO se constitui numa experiência de vanguarda por ser a primeira cooperativa singular implantada em assentamentos promovidos pelo Movimento Sem Terra (MST), no Estado de Santa Catarina.

Considerando-se ainda que não se encontram levantamentos metódicos e a realidade é pouco conhecida pela sociedade abrangente, torna-se extremamente necessário que se proceda a um estudo sistemático dos problemas da COPAGRO, especialmente no que diz respeito à permanência das pequenas famílias rurais no processo cooperativista, à forma de trabalhar em grupo e aos riscos e conflitos percebidos por eles.

Assim, diante da falta de dados organizados acerca do funcionamento e dos problemas da COPAGRO, em atividade no município de Campos Novos, e considerando certos aspectos

de fragilidade e vulnerabilidade da mesma, esta monografia se propõe a contribuir no sentido de sistematizar dados na esperança de que este trabalho possa se tornar esclarecedor e útil para o fortalecimento do cooperativismo.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Geral

Observar o contexto da COPAGRO visando proporcionar um conhecimento satisfatório a respeito desta forma de organização de pequenos agricultores.

1.4.2 Específicos

- Descrever o processo histórico de desenvolvimento, e como se encontra atualmente a Cooperativa de Produção Agropecuária 30 de Outubro – COPAGRO.
- Identificar os motivos da rotatividade de famílias de pequenos produtores rurais nesta cooperativa.
- Identificar a intensidade da rotatividade de famílias de pequenos produtores rurais na referida Cooperativa.
- Desenvolver metas para o crescimento da COPAGRO.

1.5 REVISÃO DE LITERATURA

A rápida abertura da nossa economia nos últimos anos repercutiu nos setores agrícolas das várias regiões brasileiras. Neste contexto, as propriedades familiares do meio oeste de Santa Catarina foram atingidas diretamente por esta nova ordem mundial. Neste aspecto, Fernandes Filho (1999) nos diz:

A década de 90 é marcada por avanços, contradições e transformações na agricultura brasileira. O espaço rural tem sofrido fortes impactos causados por mudanças estruturais na economia, relacionados em grande parte, ao processo de abertura e a integração econômica (Mercosul). A redução ou a eliminação das barreiras tarifária e não tarifária levou a queda expressiva nos preços dos produtos agrícolas como o leite, arroz, feijão e milho, e assim, na renda monetária das unidades de produção familiar, gerando uma enorme crise no setor. Essa crise está relacionada também ao processo de estabilização da economia, que provocou significativa valorização do câmbio - reduzindo os preços dos produtos exportados no mercado interno – e a

elevação da taxa de juros – aumentando o custo de produção que, juntamente com a queda da renda fundiária, afetam de maneira significativa a rentabilidade destas unidades de produção, e assim sua sustentabilidade. Torna-se premente, portanto, encontrar alternativas para recompor a rentabilidade perdida.

Em relação às transformações ocorridas na última década, com certeza a agricultura familiar foi a mais afetada, seja porque dispõe de acesso restrito às políticas públicas de fomento à produção (PIRES et al, 1995), seja porque, em boa parte, estava voltada para a produção de alimentos básicos, até então, os mais protegidos contra a concorrência dos importados e, por isso mesmo, os mais afetados quando as barreiras caem ou são eliminadas e o cambio se valoriza muito (CAMPOS et al., 1999).

Segundo Testa et al (1996) as principais causas desta crise são:

A concentração da produção e conseqüentemente a exclusão de agricultores; a grande distância dos mercados consumidores, o que dificulta a implantação de novas opções; a alta densidade demográfica rural aliada à dependência de culturas anuais ou de criações que dependem de culturas anuais, gerando sobre-uso e, conseqüentemente o esgotamento e a degradação dos solos; a pulverização fundiária, com cerca de 40% dos estabelecimentos com menos de 10 hectares e solos predominantemente pedregosos e declivosos; a redução da rentabilidade de produtos tradicionais. A estes fatos devem ser acrescidas as migrações da cultura da soja para o centro oeste e a não competitividade da cultura do trigo frente à Argentina. Desta forma, acredita-se que alguns milhares de produtores estão com seu futuro ameaçado, em razão do pequeno tamanho de suas explorações, que praticamente os impossibilita de buscar alternativas agrícolas em escala suficiente para uma rentabilidade mínima. Estimativas indicam que, mantidas as tendências atuais, apenas na Região Oeste Catarinense, cerca de 250 mil pessoas podem ser excluídas da produção agrícola comercial nos próximos cinco a dez anos, das quais 80 mil economicamente ativas.

Em conseqüência deste êxodo rural excludente provocado pelo modelo atual, fortaleceu-se o movimento de trabalhadores do campo como é o MST que luta pela posse da terra, a qual nunca tiveram acesso, ou foram expropriados a partir do ingresso das relações capitalistas de produção na agricultura. O movimento envolve ainda muitos proprietários de áreas reduzidas, insuficientes para o trabalho de uma família e filhos de pequenos proprietários, que não conseguiram obter uma área de terra para montar a sua unidade produtiva.

Segundo Poli (1999, p.92, 93), pode-se dizer que o MST

é fruto de unificação de diversas lutas e conflitos em torno da questão de posse da terra, lutas ocorridas sobretudo na Região Sul do País. Tais lutas foram motivadas principalmente pelos efeitos do processo de modernização da agricultura, pelo esgotamento da fronteira agrícola na região e pelo processo de reconcentração fundiária.

Ainda segundo Poli (1999, p.120, 121),

o relacionamento do MST com o Estado tem sido marcado pelo enfrentamento e até pelo antagonismo. Durante o regime militar, as lutas dos sem terras foram quase sempre consideradas e tratadas como casos de polícia. A ação da polícia militar se deu, normalmente, no sentido de intimidar, reprimir e disfarçar os acampamentos. A resposta dos sem terras orientou-se, de modo geral, pela via da não violência. As crianças e mulheres, colocadas à frente para receber a polícia, procuravam demonstrar a disposição para a negociação e a intenção de não partir para o confronto violento. Houve casos em que mulheres e crianças entregaram flores para os soldados que ameaçavam despejá-los. Mesmo assim, em muitos casos, a pressão e o cumprimento da ordem de despejo resultaram em enfrentamentos violentos que resultaram em ferimentos e até mortos.

A proposta da formação de cooperativas surgiu, na prática, como fruto de um processo de lutas pelo uso e posse da terra e de uma permanente discussão, experiências e debates dos trabalhadores rurais carentes, motivados a conseguirem um pedaço de chão como meio de sobrevivência básica.

Para compreender e encontrar alternativas que possam contribuir com os milhares de produtores rurais que estão sendo excluídos do processo produtivo, é importante buscar embasamento em modelos de assentamentos organizados em diversas partes do mundo.

Neste aspecto, Moraes (texto, p.17-18), descreve que:

programas de reforma agrária e de colonização que estabelecem novas empresas agrícolas ou novos sistemas de posse dos fatores de produção, uma estrutura orgânica inadequada ao comportamento ideológico dos grupos de assentados pode determinar o fracasso da participação social planejada. A recíproca, de imediato, é verdadeira.

Algumas experiências demonstraram que o fracasso das grandes e médias empresas rurais de produção cooperativistas formadas por trabalhadores agrícolas deve-se, na maioria dos casos, à incompatibilidades estruturais. Os fatores circunstanciais parecem-nos de importância secundária já que podem ser mais facilmente eliminados.

Vamos aos fatos. No momento em que o governo costarriquenho procura implementar um projeto de reforma agrária⁽¹⁾. Estes são recrutados em diferentes localidades e selecionados sob critérios de caráter circunstancial (se têm filhos, se não é alcoólatra, se jamais foi preso, se gosta de trabalhar a terra, etc.). Uma vez situados numa cooperativa de produção na qual todos tiveram que trabalhar como assalariados agrícolas, imediatamente sobrevieram as manifestações de fracasso do Estado.

O Projeto Baatan padece, portanto, do erro de querer impor a estrutura orgânica complexa de grande empresa a um grupo de camponeses que dominam apenas a estrutura simples da empresa familiar. Vejamos agora a recíproca.

Na mesma época em que se constata a decadência de Baatán, 84 ex-operários da United Fruit (em 1965) resolveram formar também uma cooperativa de produção⁽²⁾, num pequeno pedaço de terra (500 hectares) devolvido ao Estado hondurenho pela "Bananeira". Todos trabalham como assalariados. Em dois anos, a cooperativa passa a ter dois tratores, uma debulhadora de milho e crédito institucional. O governo hondurenho, desejando que esta experiência se ampliasse, em 1967, solicita ao

⁽¹⁾ PROJETO BAATAN, posteriormente avaliado pelo grupo latino-americano de posse da terra (Cida/Cais).

⁽²⁾ Cooperativa Guanchias Ltda.

GCTT⁽³⁾ a elaboração do “Projeto de Desenvolvimento socioeconômico dos Guanchias”.

O projeto estabelece a estrutura orgânica complexa de produção coletivista e processo produtivo socialmente dividido.

A experiência da Cooperativa Guanchias Ltda foi tão convincente que, de imediato, em 1968, a seu redor surgiram as cooperativas de produção coletivista “Água Branca Sul”, “Bons Amigos”, “A Lurdes” e “Auxiliadora”.

A experiência mostra que os projetos de desenvolvimento têm maior probabilidade de atender as prioridades locais, de cumprir seus objetivos e de se mostrar sustentáveis quando são concebidos e executados com ampla participação da comunidade interessada. *Finanças & Desenvolvimento* (p. 11).

Até recentemente, os capitais formadores de uma nação eram o natural (terra, água, jazidas), o físico (cidades, estradas, pontes) e o financeiro (crédito, seguro). Aparece agora o capital social – a confiança tecida entre os indivíduos, em prol de negócios para o desenvolvimento econômico e social. Pressupõe-se que a confiança seja o segredo para fortalecer a “musculatura” de qualquer grupo associativo.

O insumo vital para a produção do capital social constitui-se da qualificação das pessoas. O ingrediente da educação oferece o diferencial, porém seu resultado só aparece a médio e longo prazo. Um trabalho que deveria ter começado há décadas e que, infelizmente, no Brasil está muito atrasado. *Agroanalysis* (p. 12).

Trabalho este que implica em considerar o que poderíamos chamar de agregação de valores já que, além de se considerar o que se produz, é preciso se atentar para o como e quem está envolvido no processo. Mais do que contar com o econômico é vital agregar o que vem se denominando de capital humano e social, fatores essenciais que fazem a diferença nos movimentos associativos.

No entanto, não há modelo de cooperativismo sem defeitos e virtudes. Em todos os tempos o homem viveu a eterna ânsia de atingir a felicidade sobre a terra, a pendular entre o econômico e o social. E essa sina o acompanha como uma sombra no terceiro milênio. *Agroanalysis* (p. 13).

Moraes (p. 20) afirma que a base de sustentação de qualquer empresa reside na unidade e na disciplina. Pode ser que uma empresa associativa não disponha de crédito, que a seca ou o furacão destrua seus cultivos; que seja proscrita pelo cancelamento de sua personalidade jurídica, mas se é mantida a unidade e a disciplina de seus associados, a empresa continuará existindo e procurará a forma de seguir adiante.

⁽³⁾ GCTT – Grupo Centro Americana de posse da terra formado por agências de nações unidas e Sieca

A unidade de uma empresa é tão importante que, para mantê-la, os associados devem admitir esse insólito princípio de organização: é preferível errar com a empresa do que acertar fora dela. Moraes (p. 4).

Segundo Moraes (p.16), “quando alguém vai organizar um grupo social deve sempre eleger uma estrutura orgânica que corresponda ao universo cultural do grupo”.

A organização social é um elemento chave no processo de inovação no meio rural.

Nesta direção, Monteiro (p.72-73), nos chama a atenção quando diz que:

a compreensão dos pequenos produtores como artesãos rurais, indivíduos que realizam todas as etapas na produção de uma mercadoria, gerindo um empreendimento familiar com divisão do trabalho somente por idade e sexo e produzindo com poucos contatos de socialização devido ao isolamento das parcelas familiares, é um dos fatores explicativos das dificuldades do associativismo no meio rural.

Lack (p.45-46), afirma ainda que:

[...] não é suficiente que os produtores disponham de tecnologias e recebam capacitação, que lhes ajudem a produzir com eficiência técnica e gerencial, dentro das suas propriedades individuais. Eles também têm problemas externos às suas propriedades e necessitam de melhores mecanismos para adquirir insumos e comercializarem seus excedentes de forma mais eficiente e mais vantajosa; além do mais, eles têm problemas internos que não podem ser resolvidos em forma individual e portanto, exigem decisões e investimentos grupais ou comunitários. Por estas razões e diante de debilidade e ineficiência dos serviços oficiais de apoio à agricultura, é necessário que os produtores se organizem para estabelecer os seus próprios mecanismos de recepção (de fora) e de prestação (para dentro) de serviços; estes serviços pertencentes aos próprios agricultores lhes permitiriam diminuir gradualmente sua dependência.

Existem muitos tipos e muitas formas de organizar o uso e a posse da terra. A organização da posse da terra num assentamento é a forma como a terra será dividida e usada. MST (1986, p.182).

Como já mencionamos anteriormente, cabe destacar aqui a presença da Igreja, especialmente através da Comissão da Pastoral da Terra (CPT), como elemento estimulador e aglutinador da organização em diferentes locais, o que, sem dúvida, favoreceu e mesmo viabilizou a organização do movimento de forma organizada. Poli (1999, p. 93).

As doutrinas são um referencial que determina o modo de composição de uma cooperativa e seu funcionamento.

A idéia de cooperativa surgiu dos trabalhadores na Europa, no final do século XX e a burguesia se apropriou para usar para seus interesses. Nós trabalhadores precisamos mudar a atual Lei Cooperativista e pensar numa lei nossa que consiga dar respaldo para a organização de cooperativas como nós queremos e que sirvam para organizar o trabalho em conjunto na terra MST (1986, p. 189).

Um projeto de cooperativa deve observar principalmente o interesse da comunidade em viabilizá-lo, caso contrário perde o sentido de existir.

Hoje para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isto significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir Singer (1995, p.9).

Segundo Mussoi (2000, p. 28) apud Tagliari (2000):

Um novo paradigma de desenvolvimento deve ser pensado e debatido com a sociedade. Um paradigma que resgata a enorme dívida social que se tem com a população brasileira (tanto rural quanto urbana), que para ser alcançado depende de uma nova visão política onde a transparência e a participação popular seja efetiva.

A COPAGRO é uma cooperativa singular ou de primeiro grau. São as chamadas de CPA ou cooperativas de produção agropecuária e, normalmente, recebem o nome da localidade onde estão situadas, no caso, Assentamento 30 de Outubro, em Campos Novos.

O conjunto de cooperativas singulares forma o sistema central estadual que recebe o nome do estado de origem. O conjunto das cooperativas estaduais, forma a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) que defende os interesses dos assentados do País, tanto de ordem social quanto econômica.

É interessante observar que a implementação do cooperativismo implica em considerar diferentes facetas em um processo de desenvolvimento, levando-se em conta que aspectos físicos, sociais, ambientais e humanos se fazem emergir. Assim, caberia extrapolar um conceito inicial de desenvolvimento e a ele acrescentar o binômio rural sustentável.

A esse respeito, podemos citar o Conselho da Comunidade Solidária, (apud ROSA, 1999, p.7) ligado à Presidência da República, quando nos diz que desenvolvimento rural sustentável é:

Um novo modo de promover o desenvolvimento que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas; descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas; e fomentar o intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens locais.

Capra (1999, p.24) definiu que: “uma sociedade sustentável é aquela que satisfaz suas necessidades sem diminuir as perspectivas das gerações futuras”. Este é o grande desafio da nossa geração e das futuras.

Marx (1984, p.199-200), define a produção capitalista como:

Concentração dos meios de produção em poucas mãos, pelo que eles deixam de aparecer como propriedade dos trabalhos diretos e, pelo contrário, se transformam em potências sociais de produção. Ainda que inicialmente como propriedade privada dos

capitalistas. Estes são *trustees*⁴ da sociedade burguesa, mas eles embolam todos os frutos dessa curadoria.

1.6 METODOLOGIA

Escolhido o tema deste trabalho, CPA 30 de Outubro Ltda., sentiu-se a necessidade de realizar um estudo exploratório para delimitar a área, definindo, a partir daí, quais as famílias a serem pesquisadas.

O objetivo da metodologia é o de convidar a ciência a especular e o de convidar a filosofia a interessar-se pelos problemas práticos. Em resumo, o objetivo da metodologia é o de ajudar-nos a compreender, nos mais amplos termos, não os produtos da pesquisa científica, mas o próprio processo. Kaplan (p.26).

O instrumento de coleta de dados utilizado foi o da entrevista estruturada, além da análise documental e relatórios.

Foram aplicadas questões específicas para os dois diferentes atores sociais que estão envolvidos na COPAGRO: diretores e associados (Anexo 1).

A formulação das questões adequou-se à linguagem e ao conteúdo de acordo com o público pesquisado. As questões foram de dois tipos: a) abertas, em que os entrevistados responderam espontaneamente, e b) fechadas, que estabeleceram um padrão de avaliação do entrevistado. As questões foram testadas previamente de modo a verificar e validar sua compreensão.

Para a coleta de dados, utilizou-se a metodologia de visitas domiciliares com questões aplicadas, em amostra probabilística aleatória no Assentamento 30 de Outubro e onde encontrassem antigos sócios da COPAGRO. A coleta de dados foi objetiva e subjetiva com a finalidade de identificar as percepções dos produtores e as razões determinantes da permanência ou abandono como membro da Cooperativa de Produção Agropecuária 30 de Outubro Ltda.

Posteriormente, foi realizada uma análise de consistência de dados, utilizando-se testes estatísticos.

Procedeu-se a seleção de onze sócios atuantes que fazem parte da COPAGRO para compor a amostra do estudo. Efetuou-se a análise comparativa desses produtores para conhecer suas relações e avaliar a influência do sistema cooperativista da COPAGRO.

⁴ Curadores.

As entrevistas foram aplicadas pelo próprio pesquisador. O processo foi mais demorado, em compensação o sistema adotado proporcionou vantagens da observação direta, mais rica e precisa, para a análise dos dados.

Foram preparados e aplicados dois tipos de entrevista estruturada: uma para os associados e outra para os dirigentes sócios da cooperativa (modelos em anexo).

Finalmente, foi elaborado o corpo final do texto que compõe esta monografia. Após apresentação e aprovação, terá seu resultado discutido com a entrega de uma cópia para a Cooperativa

CAPITULO II – CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 CONHECENDO A COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA 30 DE OUTUBRO

2.1.1 O surgimento

Em 1985, quatrocentas famílias sem terra se juntaram para lançar os fundamentos do que viria a ser conhecido como um dos maiores movimentos sociais do Brasil. Quarenta membros viajaram ao primeiro Congresso Nacional do MST onde os objetivos do grupo estavam traçados: os assentados se organizariam na luta pela terra como uma forma de construir uma nova sociedade baseada nos princípios socialistas de trabalho coletivo e de comunidade igualitária.

À medida que o MST continua a crescer, a maior luta do movimento é como construir uma organização que possa representar o povo das diversas regiões do País que, por sua vez, representa uma variedade de idéias e expectativas.

O assentamento em Campos Novos se chamava 30 de Outubro, ou simplesmente, Trinta. Era um assentamento grande, com cerca de trezentos residentes (noventa e sete famílias) muitos dos quais vieram ao Trinta em 1989, após passarem vários anos em acampamentos do MST. Antes de se juntarem a uma ocupação de terra do MST, a maioria dos assentados havia sido dono ou arrendatário de pequena área de terra na região oeste de Santa Catarina. Os assentados possuíam uma longa tradição no trabalho com a terra, vivendo daquilo que produziam. No assentamento, cada família de assentado ganhou aproximadamente dezoito hectares de terra para trabalhar com agropecuária, principalmente de subsistência, e construir sua residência simples.

A cooperativa iniciou da união de 33 famílias do assentamento Trinta, dispostos a trabalharem em um projeto coletivo. Tanto o Incra quanto o MST apoiaram o projeto.

A cooperativa enfrentou vários problemas, principalmente de gerenciamento econômico segundo Dilso Barcelos, sócio fundador da COPAGRO e presidente da Cooperativa Central de Reforma Agrária de Santa Catarina LTDA. O fracasso foi visto, em parte, como um sinal de que a produção coletiva, de fato, entrou em conflito com a cultura campestre.

2.1.2 A vida no acampamento

O grupo inicial participou da ocupação em Abelardo Luz, no dia 25 de maio de 1985. Logo após a ocupação, foram despejados com a promessa de serem assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, em 60 dias. Os assentados ficaram esperando seis meses e como não houve cumprimento da palavra por parte do Incra, invadiram uma nova área em Ponte Serrada. Ali permaneceram 15 dias e, após, foram despejados. O Incra conduziu-os a uma nova área com a promessa de serem assentados definitivamente. Como isto não aconteceu, invadiram novamente a área de Ponte Serrada. O despejo aconteceu novamente, após 15 dias, pela polícia. Após o despejo, se dirigiram para o Centro Comunitário de Ponte Serrada, ali permanecendo quatro meses. Num acordo com o Incra, foram deslocados para uma área definitiva em Passos Maia. Esta área era pequena e não havia espaço para todos. Para os assentados que não conseguiram colocação em Passos Maia, o Incra adquiriu uma área em Campos Novos.

Com a demora para ocorrer o assentamento definitivo, evoluiu a discussão a respeito de cooperação entre agricultores assentados.

Após ter ocorrido o assentamento definitivo, os produtores experimentaram um processo crescente de pauperização. Esta realidade se deveu pela descapitalização dos assentados, carência de infra-estrutura básica, dificuldades para realizar os plantios e as colheitas, reduzida aptidão das terras para agropecuária e instabilidade social. Esta realidade forçou a venda de alguns bens como móveis de casa, gado, entre outros.

Para subsistirem, os assentados passaram a depender da ajuda oficial, de suas famílias e das instituições religiosas. Isto os forçou a produzirem, em pequena escala, culturas de subsistência como feijão, milho, arroz, batatinha, mandioca etc. O salário praticamente não existia. O comércio de madeira praticamente não foi explorado, devido a não existência dessa riqueza.

2.1.3 Localização

O Assentamento 30 de Outubro localiza-se no município de Campos Novos, Santa Catarina, nas proximidades do posto da Polícia Rodoviária Federal, trajeto da BR-282, trecho Campos Novos a Joaçaba, distando aproximadamente 350 quilômetros da Capital do Estado, 15 quilômetros de Campos Novos e 30 quilômetros de Joaçaba, todos os municípios com ligação asfáltica.

A via de acesso que passa pelo assentamento é asfaltada e, no interior do assentamento, existe uma rede de estradas de terra. As vilas mais próximas são as de São José, Pinhal Preto e Caxambú. O centro da região é Campos Novos, formado pelos municípios da Associação dos Municípios do Planalto Sul – Amplasc.

O terreno foi adquirido pelo Incra e pertencia a Francisco Moraes. Inicialmente, foram assentadas 33 famílias, oriundas de um acampamento em Passos Maia, município deste Estado. As famílias ficaram na sede da fazenda Humaitá, chegando em Campos Novos, no dia 07 de setembro de 1987. Posteriormente, foram chegando mais famílias. A partir das dificuldades constatadas de que a área apresentava pouca condição para a agricultura, os assentados chegaram à conclusão de que deveriam formar uma associação coletiva, com todas as famílias. Isto foi concretizado e passou a se chamar Associação de Cooperação Agrícola de Produção Agropecuária 30 de Outubro. O objetivo inicial desta associação era explorar a área coletivamente, como forma de aproveitar melhor o recurso disponível.

Hoje, o assentamento congrega vários grupos distintos como a Associação 7 de Setembro, Associação Chico Mendes, a COPAGRO e outras associações. O grupo da COPAGRO possui forte identificação com o Movimento de Reforma Agrária.

2.1.4 Características do grupo

Para este trabalho, foram concentrados esforços no grupo cooperativo. Seus membros, em número de 25 associados, todos oriundos de acampamentos do MST.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento de trabalhadores do campo que lutam para conquistar a posse da terra, a qual nunca tiveram acesso ou foram expropriados no processo de penetração das relações capitalistas de produção na Agricultura. Envolve ainda, muitos proprietários de áreas reduzidas, insuficientes para o trabalho de uma família e filhos de pequenos proprietários, que não conseguiram obter uma área de terra para montar a sua própria unidade produtiva.

Logo, uma das primeiras questões a ser observada é que o MST não surgiu num único local, nem é fruto de uma experiência específica. É, antes, o resultado de múltiplas lutas, conflitos e experiências, ocorridas em diferentes espaços e que nem sempre mantinham contatos diretos entre si. Cabe destacar aqui a presença da Igreja, especialmente através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), como elemento estimulador e aglutinador da organização

em diferentes locais, o que, sem dúvida, favoreceu e mesmo viabilizou a organização do movimento de forma unificada. A partir do momento que começou a ser estruturado, o MST passou a estimular e a organizar novas lutas e ações de ocupação, seguindo determinados princípios e critérios comuns, definidos no âmbito do próprio movimento.

A sociedade em que vivemos é uma sociedade capitalista, em que as coisas são compradas e vendidas, isto é, tudo gira em torno do econômico. Entretanto, os documentos da terra são os títulos de propriedade que o Incra entregou para os agricultores. No caso da cooperativa, os documentos da terra foram dados ao conjunto de famílias que moram no assentamento e não individualmente. É importante que os documentos da terra sejam coletivos e a proibição de venda é uma segurança para o grupo se manter coeso.

No trabalho em conjunto da terra:

1º) Só deve participar do trabalho em conjunto, quem realmente quer, de livre e espontânea vontade. Não pode ser forçado.

2º) A organização da produção deve ser de forma que represente vantagens econômicas, ou seja, que dê resultados para os agricultores.

3º) Não pode haver paternalismo, ou seja, ficar esperando outras pessoas. O trabalho em conjunto tem que ser assumido pela própria comunidade.

2.1.5 Origem das famílias

Para uma melhor compreensão das condições atuais, procurou-se descrever a trajetória social dos colonos até a sua chegada ao assentamento definitivo.

A origem das famílias assentadas tende a confirmar a terminologia como são conhecidos (sem terra). Originalmente, estas famílias foram arrendatários, peões e filhos de pequenos agricultores, carentes, motivados a conseguirem terra como meio de sobrevivência básica. Compõe, também, alguns minifundiários que perderam suas terras para os Bancos. Todos os membros têm vínculos com a agricultura camponesa.

O que se pode destacar é a precariedade inicial de recursos dessas famílias que foram excluídas do processo produtivo, principalmente pela pequena área de terra e pelo modelo de política adotado pelos governantes que privilegiam a especialização das unidades e a incorporação crescente de tecnologia.

A cooperação apresenta algumas vantagens políticas, como maior poder de barganha nas negociações como poder constituído e uma consciência político-sindical mais ampla.

2.2 RECURSOS E INFRA-ESTRUTURA

2.2.1. Recursos naturais

A fazenda desapropriada era constituída de pastagens nativas , algumas matas raras e alguns pinheiros. Na época, não havia praticamente nenhuma área destinada para a agricultura.

Cerca de 48% da área não é ideal para a agropecuária. Em torno de 35% é mecanizável. A área possui um baixo potencial produtivo em termos de aptidão natural agrícola. As áreas de declive acentuadas, não exploradas para a agricultura, estão sendo utilizadas para reflorestamento, pastagens e apicultura.

O potencial de recursos hídricos é preocupante. Há apenas uma nascente boa, localizada na agrovila e, na parte oeste do terreno, o rio Leão faz divisa com outras propriedades. Foram feitos alguns açudes para irrigar as lavouras localizadas na parte mais baixa da área.

2.2.2 Infra-estrutura

A sede da agrovila está distante três quilômetros da sede da antiga fazenda. Os assentados aproveitaram a rede elétrica que passa no local para instalarem a mesma em suas casas. Inicialmente, os assentados residiam em barracos de lona preta. Mais tarde, através de convênios com a Secretaria da Habitação do Estado, construíram casas de monoblocos.



FIGURA 1: Sede da COPAGRO. Os assentados dispõem de um centro comunitário, um campo de futebol e uma escola primária.



FIGURA 2: Abatedouro de Aves.

Foi criada uma rede de relações que possibilita ampliar as possibilidades de valorização do trabalho dos cooperados, há uma disseminação de confiança que é necessária à formação de novos negócios, pode-se exemplificar com a construção de um abatedouro de aves, com recursos provenientes do Pronaf Infra-estrutura. O terreno foi doado pela cooperativa com o consentimento do Incra para a Prefeitura Municipal de Campos Novos. É um projeto em conjunto com os demais pequenos produtores de Campos Novos. A administração do empreendimento será através da Cooperativa de Produção Agropecuária Familiar do Planalto Sul Catarinense (COPLASC). É uma cooperativa independente que contará com aproximadamente 100 (cem) pequenos produtores associados.

2.2.3 Meios de produção

A cooperativa possui bens que foram adquiridos com recursos do PROCERA (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária), que inclui barracão de máquinas, trator, arado, carretão, grade, pé-de-pato, plantadeira, carroça, forrageira e instrumentos de trabalhos manuais.



FIGURA 3: Barracão das Máquinas

2.2.4 Organograma

A organização sócio-econômica do grupo está assim distribuída:

- **Assembléia Geral:** Órgão supremo de decisão do grupo. Inclui todos os membros da sociedade. Reúne-se regularmente uma vez por ano e pode ser convocada extraordinariamente.
- **Coordenação:** composta por membros da sociedade. Responde pela organização política ideológica do grupo. Controla o cumprimento dos direitos e deveres. Tem função educativa.
- **Diretoria da Cooperativa:** Eleita regularmente a cada dois anos. Responde pela organização econômica do grupo.
- **Equipes de Trabalho:** Foram criadas comissões de trabalho responsáveis por setores específicos como, a comissão de roça e a comissão pecuária. Todos os trabalhadores, obrigatoriamente, têm que fazer parte do quadro associativista, com exceção de crianças até 14 anos que estudam meio dia e trabalham meio dia em serviços educativos (recebem dinheiro pelo trabalho realizado).
- **Comissões organizativas:** o sistema de gestão contempla as comissões de saúde, divulgação e propaganda, esporte e lazer. Existe a comissão de finanças, encarregada da supervisão da contabilidade.

2.3 ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA

2.3.1 A organização do espaço

No assentamento, a terra e o trabalho são coletivizados. A cooperação faz parte do grupo desde a organização das decisões ao estilo de vida. O espaço é planejado coletivamente. Isto oferece certas vantagens como a utilização racional da terra, isto é, ganho de produtividade adaptando a área às aptidões específicas.

A proximidade das moradias dos locais de trabalho e da escola facilita o suprimento de recursos como água, lenha, energia elétrica. Além disso, facilita as reuniões, a integração e a organização do grupo.



FIGURA 4: Agrovila

Pode-se afirmar que o espaço concentrado das famílias permite e oferece algumas vantagens ecológicas. A área de preservação é concentrada, o que facilita a preservação da flora e da fauna. Também, pode-se falar da proteção das nascentes e reflorestamento, pois a configuração natural da topografia e da hidrografia não é recomendável se houvesse pequenas propriedades.

2.3.2 A organização da produção

O grupo, atualmente representado pelos elementos cadastrados, constitui a principal instância de produção da Cooperativa. Ao grupo pertencem as terras e os meios de produção, além do controle do processo produtivo.

Há um consenso no grupo sobre a economia de tempo e de trabalho que a produção coletiva oferece. Mesmo assim, um dos problemas levantados é o excesso de atividades da

cooperativa e a pouca mão de obra disponível, causando sobrecarga de serviço, sobrando pouco tempo para lazer.

A forma de organização da produção é bastante participativa. Cada setor possui um núcleo que formula as propostas da área e encaminha para a diretoria levar para aprovação da Assembléia Geral. A diretoria também faz propostas que são encaminhadas para discussões nos núcleos, voltando para ela, que encaminha para apreciação da Assembléia Geral.

A qualidade de vida dos cooperados é sensivelmente melhor do que dos assentados de forma individual, o que causa alguns conflitos entre as duas partes devido a este diferencial.

2.3.3 Culturas permanentes

Este setor compreende a exploração da erva-mate, a silvicultura e a fruticultura, num contexto ecológico favorável a sua dinamização. O estoque atual de erva mate, setor em que o grupo continua a investir, está estimado em oito mil pés em corte e oito mil pés plantados. Na fruticultura, cabe referência à distribuição de mudas diversificadas entre os associados, como laranja, pêssego e uvas utilizadas para subsistência e um pomar coletivo de uva que será utilizado para fins comerciais. A araucária é plantada em caráter doméstico, sem previsão de fins comerciais. O dispositivo legal que impõe a manutenção de uma área de 20% de matas nas propriedades agrícolas é visto positivamente pelos agricultores.

2.3.4 Horticultura

A horticultura está em fase de transição da agricultura convencional para a agricultura orgânica, sendo que os produtos são comercializados na feira municipal, supermercados e restaurantes de Campos Novos. São cultivados principalmente alface, rúcula, chicória, repolho, beterraba, cenoura, tomate e melancia.



FIGURA 5: Projeto Horticultura Orgânica

2.3.5 Ecologia na produção

Muitas das características dos sistemas de produção, atualmente adotados pelo grupo cooperativo, correspondem aos critérios da prudência ecológica, com uso de técnicas de conservação e adubação do solo, consorciação das espécies, etc. Usa-se esterco proveniente da suinocultura e bovinocultura para a adubação da horta e parte da lavoura.

No uso de adubação verde (cobertura de inverno) tem-se a aveia e a vicia, plantadas nas entressafras nas áreas de culturas de verão, que fornecem alimentos aos animais e ajudam na adubação e conservação do solo.

Evita-se, tanto quanto possível, o uso dos agroquímicos potencialmente agressivos ao homem e ao ambiente. Os agrotóxicos eram utilizados em larga escala, mas os membros do grupo estão percebendo os efeitos danosos e contraproducentes do uso indiscriminado dos produtos químicos. No entanto, a postura quanto à utilização de agrotóxicos permanece ambígua: na ausência de alternativas e na eminência da perda da safra, apela-se para os produtos químicos.

Embora haja um aumento no uso de adubação orgânica, os fertilizantes solúveis continuam a ser usados nas lavouras. Os cooperados admitem que a adubação orgânica com esterco e adubação verde traz uma série de vantagens econômicas, como menor custo de

produção, menor demanda de calcário, aumento de fertilidade natural do solo, combate à erosão, controle de inço, melhoria do meio ambiente, da saúde do agricultor e do consumidor.



FIGURA 6: Feira Municipal



FIGURA 7: Futuro Posto de Venda

2.4 A IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS

Na tentativa de implantar determinados programas estratégicos para o grupo cooperativo, os membros recorrem à elaboração de projetos específicos, cuja elaboração inclui uma discussão com a comissão responsável pelo setor e sua aprovação em assembléia geral. Assim, existem alguns projetos produtivos atualmente:

- Produção de Grãos;
- Apicultura;
- Erva-Mate;
- Fruticultura (em implantação);
- Suinocultura;
- Bovinocultura de corte;
- Bovinocultura de leite;
- Galinha caipira;
- Horta orgânica;
- Horta florestal;
- Armazenagem.



FIGURA 8: Projeto Suínos



FIGURA 9: Projeto Leite

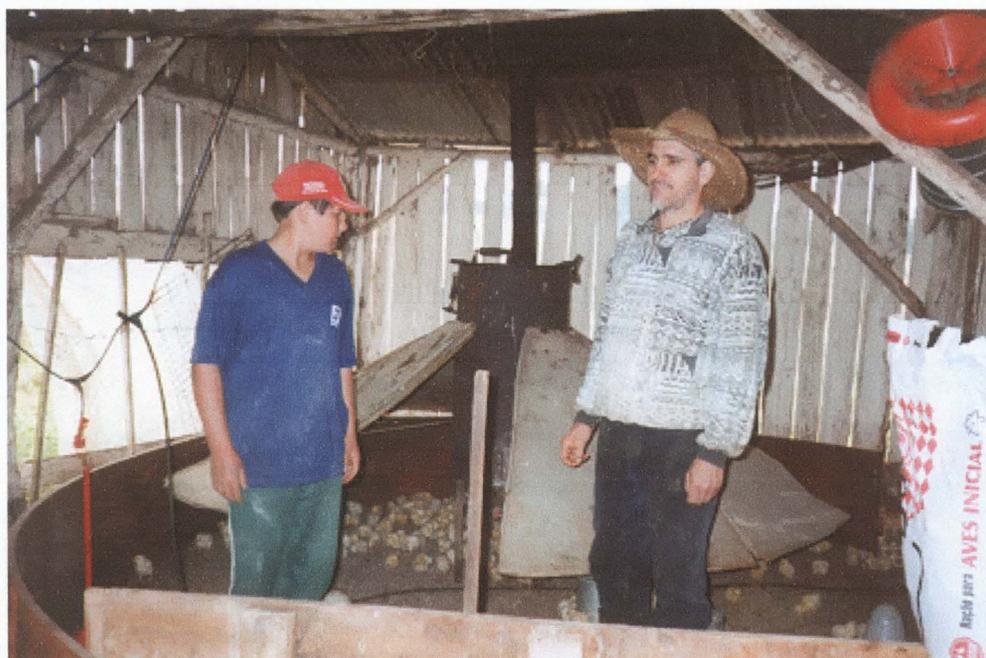


FIGURA 10: Frango Caipira



FIGURA 11: Horta Orgânica

2.4.1 O planejamento

O planejamento econômico do grupo cooperativo teve dois momentos distintos. O primeiro compreendeu a fase inicial do assentamento na agrovila (nos barracos provisórios), caracterizada pelo imediatismo e a improvisação. No segundo momento, se incorporaram horizontes de curto, médio e longo prazo. Uma contribuição decisiva, neste aspecto, é oferecida por engenheiros agrônomos vinculados ao MST e ao Incra.

2.4.2 O trabalho

Os cooperativados trabalham, via de regra, oito horas por dia, de segunda a sexta-feira. Existem normas internas de funcionamento que justificam algumas faltas dos membros da Cooperativa: casos de doença ou dias previstos para visitas ou viagens. Em alguns ramos de atividade, a exemplo da pecuária e da suinocultura, costuma-se ultrapassar o limite de tempo/hora trabalhado.

Nas épocas de concentração máxima das atividades produtivas, as jornadas de trabalho compreendem mais de 10 horas por dia, inclusive nos finais de semana. Nas épocas de

preparo da terra, os tratoristas trabalham ininterruptamente. Quanto às épocas de maior ociosidade de mão-de-obra, se concentra no final do ano e nos meses de inverno.

As crianças de até 14 anos, quando não estão estudando, ajudam em certos afazeres, como trabalho em horta caseira, viveiro de mudas, etc., num trabalho leve e educativo.

Os trabalhos domésticos, além de tarefas usuais de manutenção das casas, incluem corte de lenha para uso da preparação de alimentos, entre outros. São realizados antes ou após as obrigações coletivas, e variam de alguns minutos a três horas diárias, dependendo da mão-de-obra disponível.

A contratação de trabalhadores adicionais ocorre apenas para assegurar a construção de galpões e casas.

O trabalho doméstico a cargo das mulheres é considerado exaustivo. Trabalham nos finais de semana, independente da sazonalidade agrícola, na lavagem de roupas, na limpeza, na confecção dos pães e no preparo das refeições. A colaboração dos homens nos serviços domésticos permanece ocasional.



FIGURA 12: Família Associada

Com o intuito de se aproveitar a mão-de-obra ociosa, os serviços de horta e miudezas, bem como o saneamento, passaram a ser realizados em dias de chuva, em mutirão, o que permite a utilização dos dias mais adequados para o cultivo agrícola.

O problema da relação entre remuneração e os diferentes graus de produtividade e de alocação de trabalho merece um comentário. No caso do grupo cooperado, desde sua

formação, constatou-se preocupação em nivelar as diferenças econômicas. A determinação de um tempo de trabalho único e obrigatório, sem ganhos extras para o trabalho suplementar, visava neutralizar ao máximo possível os desníveis de renda e os conflitos decorrentes. O não recebimento de lucros diferenciados parece não ser um desincentivo determinante na unidade cooperativa.

Toda mão-de-obra disponível deve estar à disposição da cooperativa. Desta forma, associados e integrantes não podem trabalhar em atividades externas para obter renda individual. Em caso de ociosidade de mão-de-obra poderá ser feito trabalho externo, sendo que a renda será administrada pela cooperativa.

Os associados não poderão tirar dias particulares quando existir trabalhos prioritários, só em casos de extrema necessidade devendo ser discutido no setor.

O trabalho na produção acontece de segunda a sexta feira, sendo os sábados reservados para reuniões, assembléias e trabalhos voluntários.

“Se o trabalho é a fonte de toda a felicidade e o homem troca seus produtos de acordo com o trabalho realizado por ele, é necessário uma pequena teoria para convencer ao homem trabalhador que ele tem direito a todo o trabalho por ele realizado” (Autor desconhecido).

2.4.3 O trabalho especializado

Observou-se que os cooperados reconhecem que a divisão de trabalho no grupo como professor, apicultor, contabilista fortalece a economia do grupo e reforça sua independência. Praticamente todos os entrevistados demonstraram perceber que certos trabalhos poderiam ser considerados mais penosos que outros. Entre os primeiros foi destacada a lavoura em contraste com a apicultura.

Entretanto, todos vêem as diferenças como algo bom para o grupo, pois independente do trabalho, a renda é distribuída equitativamente. Não mudar de tarefa, para alguns, significa maior aprendizado naquele setor. Neste sentido, muitos entrevistados se mostram contrários à rotatividade de funções.

A conclusão dos sócios é que a cooperativa está acima dos interesses individuais.

2.4.4 O uso da terra

A área em que está localizada a cooperativa, pertence à Cooperativa. Cabe aos associados uma pequena área, onde produzem alguns alimentos para consumo doméstico, embora não formalmente divididos, permanece mais individualizado.

As cercas limitam o espaço doméstico. Alguns entrevistados entendem que a terra produtiva não deveria ser mercadoria. Não deveria ser meio de enriquecimento de alguns e empobrecimento de outros.

A propriedade coletiva da terra apresenta para o grupo uma série de vantagens, dentre as quais a segurança contra uma perda ocasional e um melhor aproveitamento dos recursos existentes. O grupo não parece atribuir importância ao título da terra, enfatizando a valorização da mesma como fonte de trabalho e sobrevivência.

2.4.5 A comercialização

A lista dos principais produtos que vem sendo comercializados atualmente inclui feijão, milho, arroz, mandioca, erva-mate, horticultura, suínos, mel e leite, sendo que a venda e a aplicação da receita são decididas coletivamente e o grupo reconhece vantagens de preço no sistema de compra e venda conjunta.

A produção é centrada na garantia de subsistência. Apenas os excedentes são comercializados. Os lucros obtidos são utilizados para completar a dieta alimentar, sustentar os custos de produção e financiar pequenos investimentos. Os planos de dinamização comercial, face às carências econômicas do grupo, priorizaram os setores mais aptos a um rendimento de curto prazo, como a erva-mate nativa, o gado leiteiro, a horticultura e o horto florestal.

Outro exemplo é a participação dos associados da COPAGRO na feira municipal de produtores rurais, formando novos laços de confiança e cooperação entre setores econômicos locais e criando novas oportunidades de mercados.

2.4.6 A renda

A distribuição de renda é feita através do trabalho aplicado na produção do ano agrícola. Na cooperativa, destaca-se a distribuição de renda hora/trabalhada e a sobra da produção em que o trabalho deve ter o retorno total do seu valor.

Os produtos que exigem menor investimento e alocação de mão-de-obra, tais como as miudezas, são distribuídas segundo as necessidades, ao contrário dos demais, que o são segundo o trabalho despendido.

O associado não pode ter investimento individual. Caso tenha pequenos investimentos para subsistência como aves e outros animais deve fazê-los com recursos próprios.

2.4.7 As finanças dos cooperados

As principais fontes de renda do grupo, conforme já referenciados em item anterior, são erva-mate, milho, leite, suinocultura, bovinocultura, apicultura, viveiro de mudas e horticultura, sendo que a comercialização é feita, basicamente, na feira do produtor, em supermercados, venda direta ao consumidor e agroindústrias da região.

2.4.7.1 O crédito e a ajuda financeira

Inicialmente, o grupo recebeu ajuda financeira proporcionada pelo “fomento agrícola” (promover o desenvolvimento, através da facilitação do crédito), que visava custear o início do processo produtivo. Nos anos subseqüentes, passou a receber parcelas do Procera⁵, sendo a maior parte destas investida em atividades produtivas, incluindo compra de máquinas, implementos e animais. O restante foi utilizado pelas famílias como meio de sobrevivência (para suprir as necessidades imediatas). Muitas vezes o atraso do repasse colocava em risco todo o trabalho dos assentados.

⁵ Procera – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária.

2.4.7.2 A política de financiamentos

Contrair financiamentos, à primeira vista, parece ser vantajoso para quem não tem capital disponível. No entanto, a política de financiamentos é polêmica. Para alguns assentados, o financiamento gera dependência. Mas, como estão descapitalizados, todos fazem empréstimo para conseguir recursos para o plantio. Como há ausência de poupança, o empréstimo surge como necessidade para executarem suas tarefas agropecuárias.

Deve-se ressaltar que na fase inicial da implantação do assentamento, os preconceitos ideológicos (pensamentos sociais e econômicos diferentes dos existentes na região), por parte da comunidade, dificultaram a aproximação com os sócios e o sistema bancário.

Atualmente, as relações entre os assentados e a comunidade de Campos Novos, são freqüentes em virtude dos bons resultados conseguidos pelos cooperativados, sendo que o grupo necessita de injeção de recursos financeiros externos para fazer melhorias na infraestrutura básica para desenvolver os projetos prioritários.

Os cooperativados argumentam em defesa da legitimidade da ajuda subsidiada por parte do Governo, haja vista que o Governo desapropriou terras e assentou famílias em condições precárias. Então, cabe-lhe apoiar para integrar essas pessoas à sociedade, tornando-as mais produtivas.

Neste aspecto, o MST reivindica mais desapropriações e créditos. Mas as respostas do poder público são mínimas. Os assentados cooperados têm um grande dilema, qual seja, a dependência dos recursos governamentais e a viabilidade da Cooperativa.

2.5 A EVOLUÇÃO DOS ASSENTADOS

No final de 1990, após terem criado a cooperativa, os assentados evoluíram de um contexto de carência quase absoluta em termos de alimentação, habitação e capacidade produtiva ao início de um processo de desenvolvimento planejado coletivamente.

Os assentados tiveram alguns insucessos devido a fatores externos e internos ao grupo, como a conjuntura econômica do País, a inadequação das políticas governamentais na área da reforma agrária e da agricultura, as adversidades climáticas, o individualismo, a falta de gerenciamento e outras.

Quanto a terra, é preparada mecanicamente para o plantio e utilizadas práticas para conservação do solo. Grande parte da colheita é mecanizada. Com isso, o grupo libera mais pessoas para outras atividades produtivas, como erva-mate, leite, horticultura, viveiro de mudas, etc.

A assistência técnica foi assegurada mediante convênios com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (Epagri) e com a Secretaria da Agricultura, porém, não estão sendo cumpridos. Por outro lado, o grupo conta com um técnico agrícola e um engenheiro agrônomo, considerados importantes para assessorar e planejar as atividades agrícolas, econômicas e implantar inovações tecnológicas de produção. Estes profissionais fazem regulagem das máquinas, conservação do solo, difusão de tecnologias, administração de insumos, construção de curvas de nível, criação de animais. Os pagamentos dos profissionais são feitos pelo INCRA, através de convênios específicos.

No assentamento, até o momento, a mecanização não implicou em problemas de sobra de mão-de-obra. O restante do pessoal vai para projetos alternativos.

2.6 CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

O baixo dinamismo da agricultura familiar é regra na região. Isto se deve ao baixo nível de capacitação das pessoas como profissionais. O conhecimento atual da maioria dos cooperados é empírico, isto é, já trazem o conhecimento dos ancestrais e de suas vivências.

Os cooperados participaram de alguns cursos profissionalizantes na área da apicultura, bovinocultura, suinocultura, manejo de erva mate, administração rural, etc., e algumas informações a respeito de cooperação agrícola, finanças e planejamento. Atualmente, o MST, através de convênios, ministra cursos profissionalizantes.

A cooperativa mantém um técnico em administração à sua frente. O grupo vê como necessidade capacitar seus membros para a gerência e contabilidade. Valorizam o ensino profissional como instrumento de ganho. Deve-se ressaltar o potencial de evolução do grupo na assimilação de técnicas de administração e produção. Também se devem destacar os aspectos ligados à ecologia.

Todo o associado que recebe investimento com formação técnica e resolve sair da Cooperativa, terá o valor investido contado como dívida, e este será descontado no acerto.

2.7 A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS

Todos os jovens, a partir dos 12 anos de idade, podem participar da produção (como trabalho educativo) mediante consentimento dos pais, sendo garantido a fase de estudo legalmente obrigatória.

Os jovens também participam da divisão da renda que é calculada pela idade e horas trabalhadas. A partir dos 18 anos, recebem 100% da produção na divisão de renda e subsistência, sendo obrigatória sua integração ao quadro social após passar pela apreciação do mesmo. A partir da atuação dos jovens na produção, têm o compromisso de participarem em todas as atividades da Cooperativa como reuniões, estudos, etc.

Todos os filhos de associados freqüentam obrigatoriamente a escola até o final do 2º grau, sendo que atualmente existem três filhos de associados freqüentando o 3º grau. Para os jovens que quiserem continuar estudando após a idade legalmente obrigatória, é dever da Cooperativa garantir o tempo para o estudo, sendo que as despesas são de responsabilidade do interessado.

2.8 O JORNAL

Instrumento importante no movimento. Na veiculação do “Jornal Sem Terra” há as notícias que as outras mídias não divulga ou divulga de forma deturpada, enganosa, escondendo fatos. Neste jornal, todas as notícias são divulgadas de acordo com os interesses do MST.

2.9 O PAPEL DA COOPERATIVA

A Cooperativa foi fundada em 24 de Setembro de 1990, em Assembléia Geral, com a presença de todos os associados. Naquela data foi aprovado o estatuto e eleita a diretoria. A empresa recebeu o nome de Cooperativa de Produção Agropecuária 30 de Outubro Ltda/COPAGRO

Os objetivos da Cooperativa são: defender econômica e socialmente os interesses dos seus associados, através de ajuda mútua e da coordenação da produção agropecuária, nas áreas pertencentes aos associados; compra e venda de insumos e produtos agrícolas; desenvolver a mecanização agrícola; garantir o transporte dos bens, produtos; realizar operações de repasse de crédito ou vendas a prazo; prestar serviços relacionados com o desenvolvimento da agropecuária e do bem estar dos associados.

Inicialmente, foi um instrumento pouco dinâmico para a economia local. Hoje, destaca-se no cenário municipal pela sua organização e produção. A Cooperativa é uma grande facilitadora da vida dos associados.

2.9.1 Política, ideologia e estilos de vida

O fato dos membros da Cooperativa trabalharem em grupo reflete a tomada de decisões, as normas instituídas e as manifestações políticas, e molda a idéia de que seja vida coletiva. Assim, para o seu bom andamento, são necessários recursos humanos disponíveis e êxito de coesão social, além da capacidade de aceitar o novo e vencer as tendências de desagregação. Só deve participar do trabalho conjunto quem realmente quer, de livre e espontânea vontade.

2.9.2 As normas

As regras que regem a vida dos associados foram instituídas de forma conjunta e estão expressas num regimento interno, que prevê uma série de dispositivos que tratam de objetivos gerais do grupo, organização, patrimônio, e regras de funcionamento. Estas últimas contemplam a dimensão da vida econômica, regulando os deveres e direitos referentes ao trabalho e às finanças, além do lazer, do relacionamento interpessoal, das desistências e substituições, das sanções, etc.

O caráter coletivo do grupo ganha destaque no regimento interno. A posse da terra, o trabalho, a exploração das riquezas naturais disponíveis, os investimentos e o comércio subordinam-se aos imperativos coletivos. A mão-de-obra disponível fica a disposição do grupo, onde não há renda individual.

A questão das desistências e a admissão dos membros são alguns dos itens mais problemáticos do regimento. O regimento garante o direito de desistência, estipulando, quanto à participação nos bens coletivos, uma percentagem em dinheiro correspondente ao trabalho aplicado junto ao grupo. O desistente perde seu dinheiro, a terra, além dos bens adquiridos ou construídos grupalmente.

Os critérios da incorporação de novos membros incluem principalmente a vivência dos processos de luta pela terra, a compatibilidade ideológica com a proposta do grupo e submissão às normas. A escolha final é realizada pelo grupo, muitas vezes precedida por um período de convivência com os candidatos no próprio assentamento.

2.9.3 O processo de gestão

A participação constitui um dos valores que normatizam o comportamento do grupo. A tomada de decisão é direta, com o associado opinando na Assembléia que é o órgão máximo da sociedade, podendo deliberar sobre todas as questões relativas a sociedade, respeitando os estatutos e a Lei.

A assembléia geral ordinária é feita anualmente e extraordinária, sempre que tiver assunto de interesse da sociedade.

Todas as pessoas do grupo podem participar da Diretoria da Cooperativa. Muitos dos seus dirigentes também acumulam alguma função relacionada ao MST. A escolaridade não é levada em conta ao se escolher as lideranças da Cooperativa. No entanto, muitos assentados se recusam a assumir cargo de direção, alegando falta de escolarização para ocupar alguma chefia.

É interessante destacar as relações amistosas e pessoais entre dirigentes e associados, o que se deve ao tamanho reduzido do grupo, o que o torna um ambiente fraterno.

Observamos que, muitas vezes, o fato de os cooperados tomarem decisões sempre em conjunto e nas assembléias pode acarretar algumas perdas quando os negócios exigem agilidade. A esse respeito, o grupo procurou diminuir um pouco as reuniões para a tomada de decisões, dando mais autonomia para as equipes de trabalho e os assentados perceberam o quanto o grupo cresceu com a descentralização de decisões.

Os objetivos da cooperação no assentamento vão além da visão econômica, pois compreendem fins políticos, ideológicos e sociais. Na COPAGRO, há uma articulação de marketing para melhorar a imagem da Cooperativa perante a sociedade local, porém as ações são muito raras.

2.9.4 As manifestações políticas

Politicamente, o grupo se insere nas estratégias do MST. As manifestações contemplam acampamentos em praças públicas, ocupações de instituições governamentais responsáveis pela reforma agrária, atos públicos e caminhadas, romarias, ocupações de terras e assentamentos.

As reivindicações dos sem-terra podem ser sintetizadas em dois pontos básicos: terra e crédito. Os assentados pleiteiam infra-estrutura produtiva e social, sobretudo investimentos que compensem a baixa qualidade das terras desapropriadas e a pobreza dos assentados. Nos eventos políticos, costumam levar seus instrumentos simbólicos, como foices ou enxadas, bandeiras e hinos.

2.10 AS VANTAGENS DA COOPERATIVA

A Cooperativa passa dos planos individuais para os planos coletivos dos associados e ganha relevância na medida em que atende esta função. Procura ligar a vida de penúria que levavam os associados, anterior à Cooperativa para a atualidade do associado cooperado, como sendo melhor que a anterior.

Segundo o MST, as vantagens do trabalho em conjunto são evidentes.

2.10.1 As vantagens econômicas

- Conseguir aumentar a área cultivada trabalhando em conjunto porque é possível comprar trator e outras máquinas e, conseqüentemente, aumentar a produção. Se cada um fica no seu lote é muito difícil conseguir cultivar toda a terra com os poucos recursos que se tem.
- Poder plantar na época certa.

- Conseguir aproveitar melhor a terra, organizando as curvas de nível, respeitando as áreas de mato, as áreas piores, as áreas de pasto coletivo, etc.

- Aumentar a produtividade do trabalho que, feito em conjunto, rende mais.

- Poder diversificar as lavouras comerciais. Pode-se plantar várias culturas para o comércio, como feijão, milho, arroz, etc. E, em assim fazendo, tem-se mais chance de produzir e vender melhor.

- Com lotes individuais é difícil aplicar técnicas mais avançadas: Trabalhando em conjunto pode-se utilizá-las cada vez mais profundamente.

- No trabalho em conjunto é mais fácil conseguir assistência técnica.

- Quando uma praga, um temporal, uma seca ou uma enchente ataca a lavoura, não ataca apenas um lote, mas o prejuízo é dividido por todos e assim suportado mais facilmente. Ao passo que se é cultivado em lotes individuais, qualquer seca ou praga já deixa o agricultor à beira da falência.

- Como o trabalho é feito em conjunto, se ganha mais tempo para trabalhar na lavoura e se perde menos dias de serviço tendo que ir ao banco, ao comércio, à cidade.

- Conseguir comprar mais barato: Paga mais barato quem compra 100 toneladas de adubo do que quem compra só 10.

- Ter mais força para enfrentar as dificuldades no banco.

- Conseguir comprar máquinas, trator e ferramentas que, individualmente, dificilmente iriam conseguir. Por exemplo, em 10 famílias dá para comprar um trator e vale a pena. Mas sozinho ninguém vai conseguir comprar um trator, porque não tem terra suficiente, não tem dinheiro e nem o banco iria financiar.

- Da mesma forma, poder construir benfeitorias, galpões que, individualmente, ninguém iria conseguir.

- Quando acontecer alguma doença na família, não se perde o serviço na lavoura porque o grupo continua trabalhando. Se a lavoura é individual, já se perde muito tempo.

- Trabalhando em conjunto pode-se dividir melhor o tipo de serviço para cada um, de acordo com a sua especialidade ou preferência. Já nos lotes individuais, cada agricultor tem que fazer de tudo. O serviço rende menos e é de qualidade inferior, pois cada pessoa tem uma habilidade diferente, que consegue fazer melhor.

2. 10.2 As vantagens do ponto de vista político

- O povo continua organizado para enfrentar qualquer problema que aparecer.
- Existe maior discussão política no grupo, de compreensão do funcionamento da sociedade e um maior avanço da consciência social das pessoas.
- Com o trabalho em conjunto se consegue formar mais lideranças que poderão ajudar outros assentamentos, sem prejuízo na sua lavoura.
- Se continuar trabalhando em conjunto ninguém terá força suficiente para tomar a terra, seja o governo, o latifundiário, o banco ou quem quer que seja.
- Os companheiros se acostumam a debater em conjunto todos os problemas, ou seja, se cria uma comunidade em que tudo é discutido coletivamente.
- Mantém o pessoal organizado na luta por uma reforma agrária mais ampla e por mudanças na sociedade e não só apenas pensando na sua terrinha sem se importar com os demais.
- Mantém a motivação da turma para continuar na luta. Se cada um vai para o seu lote, o pessoal vai se acomodando e não tem mais motivação para participar em nada.
- Serve de exemplo, de referência para todos os pequenos agricultores de que a única saída para os problemas dos agricultores é a união e a organização.

2.10.3. As vantagens do ponto de vista social:

- Facilita a organização da comunidade para organizar os bens comunitários.
- Consegue, com mais facilidade, construir coisas de uso comum, como poço artesiano comunitário, conseguir luz elétrica, etc.
- É mais fácil conseguir escolas.
- Se as famílias continuam trabalhando em conjunto, quebra o isolamento social que existe nos lotes individuais, as pessoas se acostumam a viver em comunidade, a ter maior relacionamento entre si.

- As crianças, vivendo em comunidade, se criam em um ambiente mais sadio e vão aprendendo na prática a importância de se trabalhar coletivamente.
- Criam-se facilidades para que as famílias tenham tempo para lazer e para desenvolver atividades culturais.
- Não se criam diferenças sociais, porque um vai bem e outro vai mal. Todas as famílias progredem da mesma forma ou enfrentam as mesmas dificuldades em conjunto.
- Possibilita que haja solução mais fácil para os problemas de saúde e atendimento que, dificilmente ocorreria se cada um ficasse no seu lote.
- Mantém o espírito de ajuda e companheirismo no grupo, eliminando individualismo de cada um por si e a falta de solidariedade.
- As brigas que sempre ocorreram por problemas de vizinhanças resolvem-se de uma forma mais democrática, mais saudável.

2.11 A HOMOGENEIDADE DO GRUPO

2.11.1 O grau de homogeneidade do grupo

O grau de homogeneidade do grupo apresenta-se elevado. Seus membros têm origem, em sua maior parte, no oeste catarinense. O perfil dominante é de arrendatários e filhos de pequenos agricultores, com baixo grau de qualificação técnica e especialização produtiva.

2.11.2 O cooperativado e a produção

“A cooperativa não existe para explorar serviços no seu próprio interesse, mas para prestá-los desinteressadamente aos seus membros, os cooperados. Essa atitude básica pressupõe um ideal sócio-econômico de solidarismo, entendido como um comportamento comum em que o interesse da cooperativa se identifique com os cooperados” (FRANKE, 1973, p.7).

A solidariedade aplicada à área cooperada consiste em garantir a todos os cooperados, indistintamente, vantagens do empreendimento comum quando os mesmos se servem e à medida que eles se servem, dentro dos riscos, não especulativos, mas normais do mercado.

Há também objetivos de natureza educativa, cultural e econômica. Não seria concebível, observa Hermut Faust, “uma cooperativa que somente visasse a fins ideais ou perseguisse objetivos não econômicos” (FRANKE, 1973, p.9).

Para os cooperados, está por vir uma nova sociedade, com um sistema socialista, em que a terra pertenceria aos trabalhadores, sem exploração do trabalho agrícola. Para se atingir tal sociedade, eles deveriam vencer os vícios que são comuns aos agricultores. Por exemplo, os cooperados têm idéias a respeito da realidade vivida, hoje, pelo pequeno agricultor:

- Criticam o personalismo e o individualismo. O interesse do indivíduo não pode estar acima do interesse do grupo.
- Defesa de valores que reforçam a boa convivência, contrapondo-se à falsidade, ao desrespeito e à violência.

O pequeno agricultor vencendo estas deficiências estará entrando para uma outra sociedade. Para o grupo, o que está em jogo são alguns valores como a igualdade e o coletivismo. Igualdade para repartir as vantagens trazidas pela cooperação. O grupo busca ser igual para assegurar a satisfação das necessidades materiais e favorecer a sua coesão, evitando conflitos ligados à distribuição de riqueza.

2.12 FORMAÇÃO, SAÚDE E ESTILO DE VIDA

Educação: a unidade de ensino de primeiro grau da Cooperativa absorve os filhos dos cooperados. Trabalha na escola uma professora da cidade e sua didática é considerada boa pelos associados da COPAGRO.

A escola localiza-se junto às casas dos associados, sendo que parte do material escolar é adquirida pelos próprios assentados. A partir da 5ª série os alunos se deslocam para a cidade e a Prefeitura oferece o transporte.

Saúde: o atendimento à saúde no assentamento é precário. A população não dispõe de posto de saúde e assistência médica regular. Os doentes são atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), na sede do município.

As enfermidades mais comuns são: resfriados, enxaquecas e anemias. A assistência fornecida por algumas pessoas mais velhas apresenta êxito no que diz respeito à diarreia e ao resfriado. A medicina natural é muito disseminada.

Há preocupação com a qualidade da alimentação e com o impacto do uso de venenos agrícolas. Existe saneamento básico na vila. O asseio das casas e arredores é feito com cuidado e esmero.

Estilo de vida: O lazer tem destaque. Funcionam, como principal opção, as rodas de chimarrão para as mulheres, as quais acontecem nos finais de semana e nos dias chuvosos.

Os homens jogam futebol, o que reforça a integração com as comunidades vizinhas. Para os jovens, os bailes são a atração principal e também há jogos de baralho.

As festas e comemorações são um aspecto de destaque da sua inserção no desenrolar do tempo. As datas religiosas tradicionais como a Páscoa e o Natal, os aniversários, as datas que marcam a história da comunidade, traduzem momentos especiais de descontração, alegria e criatividade. Essas ocasiões se contrapõem ao sofrimento do cotidiano.

CAPÍTULO III – DAS ENTREVISTAS ESTRUTURADAS

3.1 O ASSOCIADO E OS DIRIGENTES

O associado, segundo os dirigentes, é a imagem que o dirigente tem do associado de sua cooperativa.

A função do dirigente é colocar em prática as decisões tomadas em Assembléia Geral. O poder de decisão está com o associado. Todo sócio exerce uma função na Cooperativa e tem direitos e deveres que devem ser cumpridos. Sirley Umgaratti (comunicação pessoal).

Segundo o presidente da COPAGRO, Miguel Dellalibra (comunicação pessoal), os associados são participativos, com algumas exceções que são atribuídas à cultura herdada da vida pregressa.

Na opinião da Secretária da COPAGRO, Salete Broneto (comunicação pessoal), num assentamento coletivo se observa maior evolução das pessoas, comparado com os assentamentos individuais, mas faz uma ressalva: o associado deveria participar mais de capacitações em todas as áreas, não somente naquelas de sua atuação. Aparecem oportunidades direcionadas, sendo que alguns associados perdem a oportunidade de aprenderem. Na opinião da secretária, 40% dos associados são participativos e 60% do quadro precisa melhorar.

3.2 ROTATIVIDADE: BUSCANDO IDENTIFICAR OS MOTIVOS

Inicialmente, as dificuldades econômicas do grupo foram explicadas em função de falhas no planejamento, o que passaria a constituir um foco de tensões internas, ocasionando uma rotatividade das famílias.

A idéia inicial da Cooperativa era de criar uma economia de escala e competir com as grandes empresas agrícolas da região. Após o primeiro ano, tornou-se claro que isto jamais aconteceria, pois, mesmo com acesso a crédito, o grupo não tomou as melhores decisões no aspecto econômico e se endividou. Os associados discordaram sobre quais as decisões que foram responsáveis pela dívida, mas todos concordaram que as aplicações não foram feitas de

forma eficiente. Na dúvida sobre a administração econômica da Cooperativa, assentados se retiraram do projeto.

Outro motivo que levou à saída de associados foi a divisão do trabalho que criou um sentimento de desigualdade, porque alguns consideravam que seus trabalhos eram mais difíceis ou necessitavam mais esforço e talento do que outros.

O esforço do planejamento foi também afetado por fatores extrínsecos à Cooperativa, como clima, mercado e conjuntura política.

Segundo Dilso Barcelos (comunicação pessoal), essas deficiências levaram a Cooperativa a uma falência econômica. E, num país capitalista, quando a empresa é derrotada economicamente, também o é política e socialmente.

A maioria dos associados não estava acostumada às atividades agrícolas modernas globalizadas. Todos eles estavam ligados às atividades econômicas restritas, sem se preocupar com as exigências de mercado e capacitação técnico profissional.

Atualmente, o grupo começa a perceber mais nitidamente estes novos desafios exercidos pelas exigências de um empreendimento cooperativo, passando a valorizar mais o esforço conjunto no sentido de sua superação.

Segundo Dilso Barcelos (comunicação pessoal), a Cooperativa é uma empresa que exige uma administração como tal. A produção coletiva só tem viabilidade para as pessoas que estão a fim de se superar e de crescer como ser humano. Ao contrário, acham todos os tipos de dificuldades para justificar a inviabilidade do trabalho coletivo.

A última saída de associados foi no ano de 2002, quando 13 associados deixaram a Cooperativa. Os principais motivos levantados foram:

- Formação de um grupo com idéias divergentes a da COPAGRO;
- Falta de adaptação ao sistema cooperativista e dificuldade de trabalhar de forma coletiva;
- Excesso de individualismo.

Sirley Umgaratti (comunicação pessoal), explica que a grande rotatividade de associados, na COPAGRO é decorrente de:

um problema estrutural da nossa sociedade que valoriza o individualismo, vivemos em uma sociedade neoliberal e capitalista. O associativismo é uma opção de vida, se você se sente bem fica, se não se sentir bem sai.

O coletivo exige demais do indivíduo, quem não está preparado desiste. Para permanecer toda a família tem que estar preparada para o desafio.

Eu vivo com uma adolescente que sai diariamente para estudar na cidade de Campos Novos, as informações recebidas é de uma sociedade consumista. É desafiador, como trabalhar com isso ?

A educação formal é voltada totalmente para o urbano, nada do rural, é muito difícil segurar o jovem no interior.

Nos últimos dois anos não houve saída de associados da COPAGRO e na avaliação do nível de satisfação e desempenho da atual Diretoria pelo quadro social, na escala de 1 a 10, obteve nota 7,21, (bom). Com a prestação de serviços aos associados, nota 7,85 (bom) e com a distribuição das sobras, nota 7,21 (bom).

3.3 FINALIZANDO A ANÁLISE

O modelo adotado na Cooperativa 30 de Outubro (COPAGRO), é bastante coletivista, tolhendo as particularidades individuais das famílias. Neste sentido, o coletivismo tenta uma organização mínima para que todos participem, porém, o individualismo oriundo das origens, dificulta a ação dos indivíduos no coletivo. Assim, podemos concluir que o coletivo pode ser melhor no campo econômico, porém, frustra o participante na sua liberdade de ser.

Embora a idéia do cooperativismo no grupo fosse antiga houve, contudo, uma influência externa dinamizada pela igreja.

Quanto ao conceito cooperativista nas pessoas participantes, é muito simplista, não levando em consideração questões mais complexas que envolvem o assunto.

A heterogeneidade do grupo pode ter sido, um fator da rotatividade das famílias dentro da organização e, à medida que o tempo vai passando, a sociedade vai se ajustando, conforme o grupo se apresenta hoje.

No atual estágio da organização, existem problemas que se refletem no desempenho da Cooperativa, entre os quais são citados por grande parte dos membros do grupo:

- Falta de capital de giro: A inconstância na oferta de crédito, aliada a diferenças de garantias, dificulta o andamento da Cooperativa;

- Falta de recursos para investir em infra-estrutura, também advindo da falta de crédito e garantias;

- Deficiência no gerenciamento: Há necessidade de capacitar os recursos humanos para tal e desenvolver a participação efetiva;

- Apoio do poder público: Faz-se necessária uma maior participação do poder público no processo de dinamização da organização, oferecendo o que é básico para o desenvolvimento (crédito, infra-estrutura, assistência técnica, educação, saúde, etc).

- O alto preço dos insumos é fator preponderante para a criação de um novo modelo de agricultura que venha beneficiar os pequenos produtores para que tenham condições de competitividade.

O próprio grupo constatou que as famílias que participam da Cooperativa estão num mesmo nível econômico e social. É, portanto, um grupo com condições mais homogêneas, ao passo que as famílias que exploram suas propriedades de forma individual têm uma disparidade econômica e social muito grande.

Segundo os associados, o modelo de Cooperativa é viável e é desejo dos mesmos mostrar a viabilidade desse regime agrícola.

Conforme Dilso Barcelos (comunicação pessoal), “o desafio é aumentar o respeito externo e aumentar a receita econômica dos cooperados. O povo só reparte o que produz. Existe no mercado local garantia de colocação de nossos produtos coloniais e no futuro podemos juntamente com os demais pequenos produtores do Município explorar os mercados regional e estadual.”

3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das características centrais é de que inicialmente os cooperados tinham precária capacidade de articulação com os outros atores da região e estreita dependência dos poderes públicos (Federal, Estadual e Municipal). Hoje, o grupo conseguiu ampliar seu círculo de relações sociais, no plano político, econômico e social.

Conclui-se que a cooperativa de Produção Agropecuária 30 de Outubro privilegia o fortalecimento do capital social, muito mais do que esta ou aquela atividade econômica. Portanto, justifica-se a criação de outras cooperativas nesses moldes para enfrentar a realidade pela qual passa nossa agricultura familiar.

Quanto à divisão do trabalho, verificou-se que em determinados setores há a escolha deliberada de determinadas pessoas, conforme as aptidões que estas apresentam. Normalmente, os homens trabalham sem limite de horas. As mulheres também trabalham na lavoura, mas destinam alguns dias para realizarem as atividades domésticas.

Conforme o regimento interno, foi implantado um modelo de gestão democrática, em que todos os associados participam ativamente na tomada de decisões.

A produção coletiva tem sido a forma encontrada para o pequeno mecanizar atividades, produzir em escala, fortalecer as relações sociais e diminuir as ameaças que rondam as pequenas propriedades isoladamente.

Muitos dizem que nossos agricultores não têm mentalidade cooperativista e nem cultura como a de outros povos para praticar a cooperação. Engano, basta que recebam orientação e informação adequada para que entendam que esse é o melhor caminho a seguir.

Os problemas de relacionamentos entre cooperados têm que ser resolvidos através do diálogo. Neste aspecto, o grupo está buscando profissionais renomados para diminuir os conflitos internos.

Outro fator positivo é que o reconhecimento dos erros e das deficiências de gestões empresariais do grupo cooperado não obscureceu a expressiva capacidade de aprendizagem demonstrada pelo mesmo.

Conclui-se que a organização dos produtores, em forma de cooperativas (como a COPAGRO), é importante como forma de fortalecer suas reivindicações, exigir seus direitos, solucionar problemas comuns como assistência técnica, transporte e outros.

Para o bom funcionamento da cooperativa é necessário o comprometimento permanente dos atores, com troca de idéias e conhecimentos, possibilitando que o grupo cresça, se torne forte e adquira a confiança mútua dos associados.

A cooperativa, para permanecer consistente, necessita da participação do conjunto de produtores em todas as decisões, desde o planejamento das atividades até a execução e a avaliação. Necessita também, para viabilizar seus projetos, de recursos técnicos e financeiros disponíveis, no momento adequado.

Finaliza-se dizendo que, para que haja um verdadeiro desenvolvimento, é preciso apoio financeiro, gerencial e técnico às comunidades que estão se organizando e se capacitando.

3.5 RECOMENDAÇÕES FINAIS

É necessário readequar as capacidades de produção e de serviços da Cooperativa em função das oportunidades de mercado

Identificar e desenvolver alianças e intercâmbios entre cooperativas da região, para um melhor posicionamento em novos mercados.

Fazer parceria (Epagri, INCRA, etc...) para melhorar a assistência técnica em função do baixo número de técnicos atuando nos projetos da CPAGRO.

Buscar recursos para capital de giro, custeio e investimento dos projetos prioritários (Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, INCRA, Pronaf).

Agregar valor à produção primária, com instalação de agroindústrias. Fazer um estudo de viabilidade econômica e financeira para fornecer os elementos necessários para a implantação de agroindústrias.

Promover cursos técnicos de administração e gerenciamento, para os diretores e associados da Cooperativa.

Incentivar a diversificação das atividades agrícolas como: vinicultura, produção de leite, hosticultura, frango caipira e outros.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGROANALYSIS. **Revista de Agronegócios da FGV**. Rio de Janeiro: Inst. Brasileiro de Economia Centro de Estudos Agrícolas, v.21, n.2, fev. 2001, 50p.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1999.

CAMPOS, F.R.; FERNANDES FILHO, J.F.; OLIVEIRA, I.M. **A indústria rural como alternativa de renda para a agricultura familiar em Minas Gerais**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., Foz do Iguaçu-PR, 1999. **Anais**. Foz do Iguaçu-Pr: Sober, 1999. 10p.

FERNANDES FILHO, J.F.; CAMPOS, F.R. Abertura comercial, integração econômica e agricultura familiar: Uma contribuição para o debate sobre os impactos na produção de alimentos. In: SHIEGO SHIKI. **Sustentabilidade do sistema agroalimentar no entorno de Irai de Minas**. Uberlândia: UFU, 1999.

FINANÇAS & DESENVOLVIMENTO. Rio de Janeiro: Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial/Fundação Getúlio Vargas, v.16, n.4, dez. 1966.

KAPLAN, Abraham. **A Conduta na Pesquisa** – Metodologia para as Ciências do Comportamento. São Paulo: Herder Editora da Universidade de São Paulo – SP, 1972. 53p.

LACK, Polan. **Desenvolvimento Agropecuário**: da Dependência ao Protagonismo do Agricultor. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação – FAO, 1996. 174p.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1984, 353 p., Volume III, Tomo 1.

MONTEIRO, Silvio. **Fronteira Oeste**: A Capacitação para Formação de Empresas Associativas. Curitiba: Instituto de Apoio Técnico aos Países do Terceiro Mundo.

MORAES, Clodemir Santos de. **Elementos sobre a teoria da organização**. Texto de apoio n.5, 13 de Maio- NEP: São Paulo, 40p.

MST. **Construído o Caminho**. São Paulo, junho de 1986, 224p. Publicação : Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

MUSSOI, Eros Marion. **Reflexão a partir de novas perspectivas**. Florianópolis, 35p. (apostila).

PIRES, M. de M. et al. **Efeitos de políticas governamentais na cultura do milho – Brasil, 1970 a 1990**. In: CONGRESSO BRASIELIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33., Curitiba-PR, 1995, Anais. Curitiba-PR, 1995. p.350.

POLI, Odilon Luiz. **Leituras em Movimentos Sociais**: Chapecó: Grifos, 1999, 180p.

ROSA, Sueli L. Couto. **Agricultura familiar e desenvolvimento local sustentável**: In: 37º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Foz do Iguaçu, 1999.

SCAPINI, Valdomiro Júnior. **Cooperativa de Produção Agrícola 30 de Outubro**: um estudo de caso. Campos Novos, 1997. 60p. Monografia – Programa de Graduação em Bacharel em Administração de Empresas Ênfase Rural, UNOESC.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002, 127p.

TESTA, V.M. et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense**. Florianópolis: Epagri, 1996. 247p.

ANEXOS

QUESTIONÁRIOS APLICADOS

ANEXO 1 – EM NÍVEL DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA 30 DE OUTUBRO LTDA.

1 – Identificação do DIRIGENTE:

1.1 – Nome:

1.2 – Origem:

1.3 – Idade:

1.4 – Função.

2 – O associado, segundo o Dirigente:

3 – Organização Interna:

3.1 – Grau de instrução do pessoal administrativo e técnico;

3.2 – Evolução do quadro Funcional;

3.3 – Rotatividade.

4 – Análise dos objetivos e avaliação, pelos dirigentes, dos resultados.

5 – Problemas e mudanças organizacionais.

6 – Dos Fundos:

6.1 – Recolhimento;

6.2 – Aplicabilidade.

7 – Participação:

7.1 – Do associado;

7.2 – Da cooperativa na comunidade;

7.3 – Dos órgãos de apoio.

8 – Comunicação:

8.1 – Interna.

8.1.1 – Ascendente;

8.1.2 – Descendente.

8.2 – Externa.

9 – Comercialização.

10 – Serviços

10.1 – Prestados aos associados;

10.2 – Recursos para sua prestação;

10.3 – Recebimento de assistência técnica e financeira dos órgãos de apoio.

ANEXO 2 – EM NÍVEL DO ASSOCIADO:

1 – Identificação:

1.1 – Nome;

1.2 – Idade (tempo de vida do associado);

1.3 – Tempo associativo;

1.3 – Escolaridade;

1.4 – Situação econômica.

2 – Quais os motivos que o levaram a participar da COPAGRO

3 – Qual o sentimento quanto a COPAGRO

3.1 - Com a distribuição das sobras; nota de 1 a 10

3.2 - Com a prestação de serviços; nota de 1 a 10

3.3 – Com a atuação da diretoria: nota de 1 a 10

4 – Fale sobre os principais problemas da COPAGRO.

Conceitos utilizados para medir a satisfação dos entrevistados;

Nota de 1,0 a 4,9 = ruim

Nota de 5,0 a 6,4 = regular

Nota de 6,5 a 7,9 = bom

Nota de 8,0 a 10 = ótimo